

# **O pêndulo da história**

*Cândido Moreira Rodrigues\**

Leitura obrigatória para pesquisadores e estudiosos dos assuntos religiosos e católicos é o livro “O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)”, de autoria de Ivan A. Manoel, lançado no segundo semestre de 2004. Seguindo a tradição de suas publicações, esse livro é o fruto de uma proposta de trabalho em torno dos assuntos religiosos iniciada já no período de realização de seu mestrado na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar – com a dissertação sobre “As reformas conservadoras da ‘nova’ pedagogia católica”, passando pelo doutoramento na Universidade de São Paulo - USP, com a tese “Igreja e educação feminina: os colégios das Irmãs de São José de Chamberry (1859-1919)”, e nos demais trabalhos publicados ao longo de sua carreira nas mais diversificadas revistas científicas.

Nesse livro, o projeto de Manoel é “[...] estudar os elementos constitutivos fundamentais da filosofia da história elaborada pelo catolicismo conservador, também denominado catolicismo ultramontano, entre 1800-1960 e, examinar alguns dos resultados políticos advindos das atitudes católicas, desdobradas daquela filosofia” (MANOEL, 2004, p.7).

Partindo desse ponto, nosso autor faz uso dos conceitos de “autocompreensão da Igreja” e “catolicismo ultramontano” para nortear a produção de sua obra. Entenda-se pela primeira definição “[...] aqueles momentos em que uma determinada forma de organização, de tarefas auto-atribuídas e de auto entendimento se torna dominante e, durante um certo tempo, direciona toda a atividade católica”. O segundo termo é sintetizado como sendo “[...] a política católica entre 1800-1960, assentada nos seguintes fundamentos: 1) condenação do mundo moderno; 2) centralização política e doutrinária na Cúria Romana e 3) adoção da medievalidade como paradigma sócio-político” (MANOEL, 2004, p.9).

Portanto, o presente estudo refere-se mais precisamente ao período compreendido entre o pontificado de Pio VII (1800-1823), momento de domínio da chamada doutrina conservadora e restauradora no seio da Igreja e, com João XXIII (1958-1963), onde se realiza o processo que culmina com o Concílio Vaticano II, de

onde as discussões proporcionam elementos para a constituição de uma “nova autocompreensão”, por sua vez concretizada em um novo olhar para as classes pobres, e sustentada, particularmente, na América Latina por um referencial político e de pastoral fundado na então “inovadora” Teologia da Libertação. É sobre esse cenário que Ivan Manoel produzirá sua obra.

Uma das principais teses defendidas por Ivan A. Manoel direciona-se para à desconstrução da idéia relativa à existência de um catolicismo essencialmente “ultramontano”. O autor aponta para o fato de que algumas “características fundamentais da reação antimoderna permaneceram mais ou menos as mesmas”, mas isso não bastaria para indicar uma relação de “homogeneidade e unanimidade no interior do clero católico”. Segundo sua visão:

Nesse longo período de mais de um século, as características fundamentais da reação antimoderna católica permaneceram mais ou menos as mesmas: na esfera intelectual católica permaneceram mais ou menos as mesmas: na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; na política externa, a condenação à liberal democracia burguesa e o concomitante reforço da idéia monárquica; na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço do episcopado; na esfera socioeconômica, a condenação ao capitalismo e ao comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média, que se manifestará fortemente no Brasil, na década de 1930; na esfera doutrinária, a retomada das decisões fundamentais do Concílio de Trento (1545-1563), em especial aquelas estabelecidas para o combate ao protestantismo, que, no século XIX, englobou também o combate ao espiritismo e concretizou-se, no Brasil, na criação de seminários fechados para a formação do clero e na criação de colégios católicos, masculinos e femininos, para a educação da juventude (MANOEL, 2004, p.11).

Nesse do processo histórico de mais de um século e meio são operadas mudanças no interior da Igreja que nos servem para por à prova o conceito de “catolicismo ultramontano” e demonstram

que este tem seus limites. Apesar das permanências ocorridas no desenrolar desse processo e já mencionadas acima, nosso autor vai resumí-las sob três momentos considerados centrais: o primeiro diz respeito ao período que vai do papado de Pio VII (1800-1823) a Pio IX (1846-1878), no qual se observa o domínio, no plano discursivo, de estratégias direcionadas à “consolidação da doutrina conservadora”. O segundo momento se circunscreve ao pontificado de Leão XIII (1878-1903), este já com encaminhamentos para uma ação no plano prático, seja através do ato de firmar concordatas, no gradual abandono de restrições à democracia, seja na maior atenção ao plano social com a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, ou ainda, como permanência, guardando aspectos centrais, o ideário de “doutrinação contra o mundo moderno”. Por fim, nesse plano de verificação de mudanças historicamente relevantes, Ivan A. Manoel inclui o terceiro período estabelecido entre Pio X (1903-1914) a Pio XII (1939-1958), em que observa a “conversão da doutrina em política, do discurso em práxis”, através da organização e implementação dos programas da Ação Católica<sup>1</sup>. Os programas são indicativos ou mesmo revelam “contradições” no seio das políticas da Igreja e culminam, primeiramente, na necessidade de realização do Concílio Vaticano II e, posteriormente e particularmente, no surgimento da Teologia da Libertação na América Latina.

Face a esse cenário apresentado, nosso autor fará a proposição de um novo conceito permeado por uma “fase de transição do Ultramontanismo para um catolicismo mais progressista”, momento no qual “muito do Ultramontanismo clássico sobrevivia na doutrina e na prática da Igreja”, mas: “outras práticas – a atuação do laicato e seu maior engajamento junto à população e seus problemas... – acabaram por forçar mudanças doutrinárias e mesmo teológicas”. (p. 12).

O primeiro capítulo de sua obra é dedicado a estudar o que nosso autor define como “a negação católica do conceito de progresso humano, quando referido aos avanços materiais”. No segundo, sua atuação volta-se para pensar a discussão em torno do ponto central

do catolicismo ultramontano, em suas palavras “a não aceitação do conceito moderno de tempo e o significado dessa não aceitação”. A terceira parte do livro é constituída a partir da necessidade de se entender “a condenação do conhecimento racional, considerado causa da perdição humana”, sob a ótica do catolicismo ultramontano. Ao quarto e último capítulo é reservada a tarefa de abordar “a tese da necessidade de paralisação do movimento histórico e a volta ao padrões medievais como fundamentos da salvação humana”, isso também sob a ótica do ultramontanismo.

Com o desenrolar das inter-relações entre bibliografia, fontes e exercício epistemológico, nosso autor produz uma obra importante para a compreensão da organização e projetos da Igreja Católica nos dois últimos séculos, partindo do estudo das raízes conservadoras do catolicismo ultramontano, com especial atenção a Donoso Cortés, até chegar aos anos 60 do século XX, com uma nova “autocompreensão” da própria Igreja; agora não mais voltada para o conservadorismo, mas sim para uma teologia de fundo político-religioso que objetivava dedicar maior atenção aos pobres, rumo à libertação das condições de miséria física e intelectual.

No que se refere ao estudo dos fundamentos do ideário da reação antimoderna católica, nosso autor opta por não tratar em profundidade da leitura de teóricos que serviram de esteio a esse tipo de pensamento. Dedicava maior atenção ao espanhol Juan Donoso Cortés e a Joseph de Maistre, em detrimento de Louis-Ambroise De Bonald, entre outros, e mesmo o político inglês Edmund Burke, crítico da Revolução Francesa e considerando o pai do conservadorismo contemporâneo.<sup>2</sup>

Entretanto, Manoel demonstra conhecer claramente as conseqüências nas quais redundaram os escritos desses pensadores, a exemplo o alicerçamento do ideário dos totalitarismos de fins do século XIX e meados do XX, e mesmo a influência sobre o jurista nazista alemão Carl Schmitt.<sup>3</sup>

Teóricos, filósofos, polemistas, teólogos como De Bonald, Joseph de Maistre, Donoso-Cortés, Schelling e tantos

outros, ao elaborarem a tese da reconstrução da Unidade, da restauração da 'Alma Nacional', corrompida pela revolução burguesa, estavam forjando as armas que os teóricos do totalitarismo usariam plenamente no século XX, de cujos exemplos poderíamos citar um de extrema significação – Carl Schmitt e a doutrina política do nazismo". (p. 22).

Em termos práticos, a Igreja vai firmar aliança com os regimes que demonstrassem condições de auxiliá-la no seu projeto maior de recristianização da sociedade.

Passando da teoria à prática, as atitudes da Igreja, tais como celebrar com o Estado Italiano o Tratado de Latrão, o endosso dado ao general Franco, na Espanha, o apoio do clero brasileiro à ditadura de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945, revelam que a ânsia da hierarquia católica em aniquilar o comunismo, dismantelar o liberalismo e reconstruir a Unidade do Todo Absoluto levaram-na a se aliar com quem quer demonstrasse ser capaz de ajudá-la a cumprir seu projeto". (p. 145).

Na conclusão de sua obra, Ivan A. Manoel reafirma a defesa de sua de sua inicial segundo a qual é no período de Pio X e Pio XII que a Igreja tem uma nova autocompreensão que se faz real, prática, a partir de uma "transição do Ultramontanismo para um catolicismo mais progressista", e isso se exemplifica a partir do momento em que ocorre uma ruptura interna na Igreja, com a anunciação por Pio XI, do "afastamento em relação ao Estado fascista".

Quanto ao período posterior ainda há muito a ser revelado.

## Notas

\* Doutorando em História pela UNESP - Assis, sob orientação do Prof. Dr. Milton Carlos Costa. Pesquisador da FAPESP. Atua na área de História do Brasil República e Brasil Contemporâneo.

<sup>1</sup> Conforme Francisco J.S.Gomes, "o projeto restaurador de uma neocrisandade do catolicismo ultramontano e intransigente, no século XIX, levou a Hierarquia católica e, em particular, o Papado, a partir de Pio IX (1856- 78), a convocar de modo sistemático a colaboração dos leigos nesse projeto e a definir o papel de um laicato militante na reconstrução de uma Crisandade num mundo em processo de secularização... e nos confrontos com o Estado liberal, laicista e confessional. Os leigos deveriam defender a

Igreja e os interesses católicos; assegurar à Igreja, pela intervenção política, a proteção que os Estados liberais lhe negavam; 'recristianizar' a sociedade segundo princípios da doutrina cristã". (GOMES, 2000, p.28). Ver GOMES, Francisco J.S. "Ação Católica". In: Silva, Francisco T.C.da (orgs.) Dicionário crítico do pensamento da Direita. Rio de Janeiro, Tempo-Faperj-Mauad, 2000. p.28-29.

<sup>2</sup> A esse respeito consultar KINZO, Maria D'Alva Gil. "Burke: a continuidade contra a ruptura". In: WEFFORT, Francisco (org.). Os clássicos da política. Vol. 2, 10 ed. São Paulo: Ática, 2000. p. 13-45. Ver também RODRIGUES, C. M. Tradição, autoridade, democracia: "A Ordem": uma revista de intelectuais católicos (1934-1945). 2002. 370p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.

<sup>3</sup> Certamente este assunto não se constitui numa inovação, visto já ter sido bem tratado por Roberto Romano em "Conservadorismo romântico: origens do totalitarismo", em 1981. Ressalte-se ainda que a influência maior sobre Carl Schmitt é proveniente da leitura que este faz dos escritos de Donoso Cortés, particularmente sobre a questão da ditadura. Questões essas abordadas por mim no trabalho de mestrado "Tradição, autoridade, democracia: A Ordem, uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)", no ano de 2002. Sobre o savoiano Joseph De Maistre, há um estudo clássico e de leitura obrigatória produzido por E.M. Cioran, intitulado "Ensaio sobre o pensamento reacionário".

## **Referências Bibliográficas**

MANOEL, Ivan A. O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800 - 1960). Maringá: Eduem, 2004. p,157